N°1613, SEXTA – FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2011

PIB: país está com freio de mão puxado, diz líder do PSDB na Câmara

Para o líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, embora o crescimento do PIB em 2010 tenha sido de 7,5%, o país está com o freio de mão puxado. Segundo ele, essa expansão não é sustentada porque o governo petista não aproveitou o cenário de crescimento da economia para reduzir os gastos públicos, eliminar gargalos e promover as reformas estruturantes.

"Estamos com o freio puxado pelo que o governo

fez, que foi promover a gastança, e pelo que deixou de fazer: investir em infraestrutura, reduzir a carga tributária, os gastos públicos. Ou seja, o governo nestes últimos anos não preparou o país para crescer sustentavelmente", disse nesta quintafeira (3).

Para Nogueira, o crescimento chegou a 7,5% em 2010 porque no ano

anterior houve retração de 0,6% e já nos primeiros meses de 2011, a economia dá sinais de desaceleração. "A inflação está tomando força, a taxa básica de juros acabou de ser elevada, o endividamento das famílias preocupa e a gastança do governo continua. Se esse ritmo for mantido, o futuro é incerto", alertou.

De acordo com o presidente nacional do PSDB, deputado **Sérgio Guerra (PE)**, infelizmente não é possível comemorar a expansão do PIB como se deveria. "Os 7,5% seriam uma boa taxa de crescimento se os problemas estruturais da economia brasileira não estivessem aparecendo", afirmou o tucano, para quem a conta já começou a ser paga neste início de 2011.

"E não é por causa do preço do petróleo e, sim, em função dos gastos excessivos feitos nos últimos

anos. Os juros foram para as estrelas. Os cortes em investimentos e programas sociais anunciados até agora não passam de espuma. Provavelmente outros terão que ser feitos em função do mau estado das contas públicas", enumerou Guerra, que concluiu: "José Serra chamou a atenção para o estelionato eleitoral que se aproxima. Tem razão."

Por sua vez, o líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, afirmou que a expansão do PIB a partir da base negativa de 2009 é falso. "Não há razão para a festa encenada pelo governo. Vangloriar-se, nessas condições, de um crescimento do PIB superior às economias mais ricas do mundo é má fé ou ingenuidade e provincianismo", alertou.

Nogueira, o governo não preparou o país para crescer sustentavelmente nestes últimos anos

Para Duarte

Para Jutahy, volta da inflação e elevação da taxa de juros prejudicam trabalhador

O deputado **Jutahy Junior (BA)** alertou nesta quinta-feira (3) para a volta da inflação ao avaliar dados recentes da economia brasileira. Para o tucano, o aumento dos preços atinge toda a sociedade de maneira generalizada e prejudica principalmente os mais pobres. O parlamentar criticou ainda em plenário o aumento da taxa básica de juros – Selic - para 11,75%, anunciado ontem pelo Banco Central. A elevação de 0,5 ponto percentual deve resultar em alta nos juros do comércio, cartão de crédito, cheque especial, crédito direto ao consumidor dos bancos e empréstimos pessoais das instituições financeiras.

Para Jutahy, esse é o resultado do descontrole nas contas do governo Lula, que começa a refletir sobre a sociedade. "Foi a farra que aconteceu em 2010 e que o trabalhador pagará em 2011", alertou o tucano. De acordo com ele, a inflação está consumindo principalmente o poder de compra das pessoas

em relação ao que todos necessitam diariamente: os alimentos.

"Basta ir ao supermercado e à feira para ver que o preço de todos os produtos alimentícios está aumentando, principalmente o da carne, do tomate e das verduras. Isso está atingindo fortemente o assalariado brasileiro. Por isso, o arrocho salarial aplicado em relação ao salário mínimo é de uma perversidade gigantesca com os trabalhadores do Brasil", lamentou o deputado.

Jutahy afirmou que o aumento da Selic atinge a todos e produzirá um forte impacto negativo para os que dependem de crediário. "Isso demonstra o quanto vai ser difícil o pagamento daquelas prestações assumidas no ano passado", destacou o tucano, ao ressaltar que essa foi a segunda elevação feita pelo governo Dilma na taxa básica de juros e que já representa um aumento real de 10%.

Medidas adotadas por Dilma são "pacote de maldades", afirma Macris

O deputado **Vanderlei Macris (SP)** classificou de "pacote de maldades" as medidas adotadas pela presidente Dilma Rousseff neste início de governo, como o salário mínimo de R\$ 545, o corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento e a elevação da taxa de juros. Segundo o tucano, esse conjunto de ações foi fundamentado na necessidade de um ajuste fiscal devido a gastança inconsequente da gestão anterior. "É um pacote de maldades baseado na herança maldita deixada pelo presidente Lula. Não dá para não olhar todas essas ações desse governo por esse aspecto", afirmou o parlamentar nesta quinta-feira (3).

O tucano lembrou que o corte bilionário prejudicou dezenas de ações sociais e programas em benefício da população. Além disso, a segunda alta da taxa de juros consecutiva, anunciada ontem pelo Comitê de Política Econômica (Copom), contribui para o esfriamento da economia e atrapalha a vida do consumidor. "O país está em retrocesso. A inflação não cai. Com o aumento de juros o dinheiro fica mais caro, o empresário não investe,

o consumo diminui e aí nós vamos num processo cada vez mais complicado", avaliou.

De acordo com o jornal "O Globo", para conter a inflação, o Banco Central elevou, pela segunda vez no governo Dilma, a taxa básica de juros do país em 0,5 ponto percentual, fixando-a em 11,75% ao ano, o maior nível desde 2009. Nos cálculos do BC, o aperto monetário nos últimos três meses já equivale a 1,75 ponto percentual.

A máscara caiu

- Salário mínimo de R\$ 545 quebrou os 16 anos de aumento real do piso salarial.
- Corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento.
- Elevação da taxa de juros.

Thame exige explicações do Ministério da Agricultura sobre fraudes em programa agrícola

Vice-líder da Minoria na Câmara, o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, apresentou na última quartafeira (2) requerimento de informações ao Ministério da Agricultura sobre fraudes no programa Prêmio de Escoamento de Produto (PEP). De acordo com reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", compradores de milho estariam cobrando dos produtores valores já pagos a eles por meio de bônus cedido pelo governo federal no PEP. Para o tucano, existem elementos suficientes para concluir que "houve emprego irregular de verba pública e indícios fortes de conivência do poder público."

Um dos objetivos do programa é incentivar o escoamento da produção e garantir preço razoável aos produtores. Dessa forma, o PEP estabelece que os compradores agrícolas devem pagar, por leilão, um preço mínimo, acima do valor de mercado, aos produtores rurais para adquirir e transportar os produtos agrícolas. Como pagam mais, os compradores recebem do governo um subsídio (ou prêmio) para compensar a diferença de preço. Porém, relatórios das auditorias feitas por fiscais do próprio ministério mostram que esses compradores exigem dos produtores, após o leilão, a devolução dessa diferença. Ou seja, recebem aquele valor duas vezes: uma do governo e outra dos produtores.

A conivência do governo, de acordo com Mendes Thame, fica explícita a partir do momento em que o ministério tomou conhecimento da prática fraudulenta e continuou realizando o pagamento dos prêmios de escoamento. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ligada ao ministério, recebeu os relatórios sobre as fraudes entre maio e dezembro de 2010 e, mesmo assim, autorizou o pagamento do "prêmio". Cerca de R\$ 236 milhões foram pagos pelo governo desde o início do ano passado e, segundo a Conab, outros R\$ 500 milhões ainda faltam ser liberados.

Leia também em nosso blog:

- → Combater o uso de drogas entre os jovens é um dos desafios das comissões de Segurança Pública e de Desenvolvimento Econômico, avaliam deputados
- → Para senadores, aumento dos juros e empréstimo de R\$ 50 bilhões ao BNDES revelam contradição do governo
- → Mara Gabrilli teve que esperar duas horas em avião devido à falta de equipamentos para desembarque
- → Projeto aprovado pela Câmara garante visita de avós a netos em caso de divórcio
- → Ricardo Tripoli quer detalhes sobre experimentos com animais em laboratórios
- → Direto do Plenário, com o deputado Luiz Fernando Machado (SP) e o senador Flexa Ribeiro (PA)
- → Direto do Twitter, com os deputados Eduardo Gomes (TO), Rui Palmeira (AL), William Dib (SP) e Ruy Carneiro (PB) e o senador Alvaro Dias (PR)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF)■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■Subeditor: Lúcio Lambranho ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com 🥝 , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 【